

Inventariar, reunir e partilhar.

Princípios para a intervenção sustentável no património

Gabriel Andrade

OA 4856

Este texto foi apresentado ao 16º Congresso dos Arquitectos, a 3 de Março de 2023, no âmbito da Sessão Setorial 1 - Repensar os recursos e adaptar para a casa comum. Circularidade e Reabilitação.

O património e sustentabilidade estão estreitamente ligados, pois a conservação do património cultural e natural é, em si, uma atividade essencial para a sustentabilidade a longo prazo.

O património cultural inclui monumentos, sítios arqueológicos, edifícios históricos, museus e bibliotecas, entre outros. Esses locais são importantes pelo seu significado histórico, cultural e social. A sua preservação é essencial para manter a nossa herança coletiva e a identidade cultural. A gestão sustentável desses locais garante que as gerações futuras possam desfrutar e aprender com esses bens.

A existência de informação qualificada, que permita ponderar o que deve ser reintroduzido na cadeia de valor, serve a economia circular. Para este efeito considera-se relevante a avaliação da qualidade da produção arquitetónica recente e atual, o espírito crítico é fundamental na valorização da arquitetura e do arquiteto.

Ao percorrer o país apercebemo-nos que há falta de conhecimento no que diz respeito à valorização de arquitetura relevante não classificada e à sua reabilitação. Por tudo isto propõe-se discutir: sistemas de inventariação; classificação e qualificação do edificado comum; formas e métodos de intervenção no património classificado e não classificado. Por vezes a inércia praticada relativamente a este tema tem resultados catastróficos e com perdas significativas. Por exemplo, o caso recente da demolição da Panreal em Vila Real, da escassa obra arquitetónica do Arquiteto Nadir Afonso em que a tentativa de a valorizar e preservar ocorreu demasiado tarde.

Terão certamente memória de situações idênticas.

Por isso gostaríamos de deixar um alerta!

Devemos tentar, através dos organismos públicos como Direções Gerais ou Regionais, Câmaras Municipais, Institutos, Associações Públicas e Privadas, Academia, etc., encontrar estratégias de registo, valorização e proteção destas obras de modo a criar uma base de conhecimento sólida, caracterizando o seu valor intrínseco, permitindo assim controlar eficazmente qualquer proposta ou intervenção futura. Só um pensamento competente implementará uma gestão digna.

De igual importância é a reflexão sobre a qualidade das intervenções no património e a capacitação dos arquitetos nesta área, aspeto fundamental para as boas práticas de reabilitação, na transmissão do conhecimento e atualização de conforto das construções existentes, considerando os materiais e sistemas construtivos originais e a tecnologia disponível atualmente.

Inventariar, reunir e partilhar são três princípios fundamentais para a intervenção sustentável no património arquitetónico. Esses princípios visam garantir a preservação do património cultural, material e imaterial, bem como a promoção do seu acesso e fruição por parte de toda a comunidade.

1. Inventariar: O primeiro passo para a intervenção sustentável no património é inventariar. Isso significa identificar, documentar e catalogar todos os elementos que compõem o património cultural e material. A criação de um inventário é essencial para a gestão e preservação adequada do património, permitindo uma melhor compreensão do valor e significado de cada elemento e sua história.

2. Reunir: O segundo princípio é reunir, que envolve a criação de redes e parcerias entre as diversas entidades e comunidades que têm interesse no património. A colaboração entre essas entidades permite o compartilhamento de recursos, conhecimentos e habilidades, bem como a definição de estratégias conjuntas para a gestão e preservação do património.

3. Partilhar: O terceiro e último princípio é a partilha. Isso significa garantir o acesso e a fruição do património por parte de toda a comunidade. A partilha pode ser feita através de exposições, visitas guiadas, atividades educativas e culturais, entre outras iniciativas. É importante que o património seja disponibilizado para todos, para que se possa valorizar e apreciar o seu significado e importância para a identidade cultural de uma comunidade.

Em suma, inventariar, reunir e partilhar são princípios fundamentais para uma intervenção sustentável no património. Eles garantem a preservação do património e permitem que ele seja valorizado e apreciado por toda a comunidade, contribuindo para a sua identidade cultural e desenvolvimento sustentável.

A gestão sustentável do património inclui a adoção de práticas ambientalmente responsáveis, como a redução do consumo de energia e água, a utilização de materiais de construção sustentáveis e a minimização de resíduos. Além disso, a gestão sustentável do património deve envolver a comunidade local e promover o turismo sustentável, para que os benefícios económicos gerados pela conservação do património sejam compartilhados com a comunidade local.

A intervenção sustentável no património é essencial para garantir a preservação dos bens culturais e históricos, ao mesmo tempo que promove o desenvolvimento sustentável. Aqui estão alguns princípios para a intervenção sustentável no património:

1. Conservação do património: A primeira preocupação deve ser sempre a preservação do património cultural. É importante adotar práticas de conservação que não causem danos irreparáveis ao património, intervenção cuidada e, na execução evitar o uso de produtos químicos prejudiciais à integridade dos materiais.

2. Uso eficiente de recursos naturais: Na intervenção no património, é importante considerar a utilização eficiente de recursos naturais, como água, energia e materiais. Por exemplo, deve-se priorizar o uso de materiais de construção sustentáveis e métodos de construção e reabilitação que reduzam o desperdício. Os materiais tradicionais, por si só, normalmente cumprem estes requisitos.

3. Utilização de tecnologias sustentáveis: As tecnologias sustentáveis devem ser incorporadas na intervenção no património, tais como tecnologias de energia renovável, sistemas de iluminação eficiente e sistemas de água de baixo fluxo. Essas tecnologias reduzem o impacto ambiental das intervenções e ajudam a preservar recursos naturais.

4. Envolvimento da comunidade: A participação da comunidade local é importante na intervenção no património. A participação da comunidade pode ajudar a promover a consciencialização e a compreensão do valor do património cultural e histórico, além de envolver a comunidade no processo de tomada de decisão e preservação.

5. Planeamento e gestão adequados: O planeamento e a gestão adequados são fundamentais para a intervenção sustentável no património. É importante ter um plano de intervenção detalhado, que tenha em consideração todos os aspetos da intervenção, desde a conservação do património até a gestão de resíduos e o uso de recursos naturais.

6. Equilíbrio entre desenvolvimento e preservação: É importante encontrar um equilíbrio entre o desenvolvimento e a preservação do património cultural. As intervenções devem ser pensadas de forma a promover o desenvolvimento sustentável, sem comprometer a integridade do património.

Ao seguir esses princípios, é possível realizar intervenções sustentáveis no património, garantindo a preservação dos bens culturais e históricos e promovendo o desenvolvimento sustentável.

Conclusão

O património é um conjunto de bens culturais e materiais que representam a história e a identidade de um povo ou de uma comunidade. A sua preservação é fundamental para manter vivas as tradições e memórias das gerações passadas e para transmiti-las às futuras. Para garantir a preservação do património, é necessário que o conhecimento sobre ele seja transmitido e difundido.

Um papel preponderante na transmissão do conhecimento sobre o património é através da investigação e da capacitação dos arquitetos gerando boas práticas na reabilitação do património e com sustentabilidade. A academia pode contribuir para a formação de arquitetos que tenham uma compreensão profunda do património e das suas necessidades de conservação e reabilitação. Que estejam equipados com as competências técnicas e científicas necessárias para atuar nesse campo. A Ordem deve dar continuidade a este processo fomentando, divulgando e atualizando o conhecimento e a prática dos membros através de ações específicas.

O arquiteto, por sua vez, tem um papel crucial na preservação do património. Como profissional que atua no campo da construção, o arquiteto é responsável por garantir que os edifícios e monumentos históricos sejam reabilitados e conservados de forma sustentável, respeitando a sua história e as suas características arquitetónicas originais.

A relação entre a academia, a ordem e o arquiteto é, portanto, essencial para garantir a preservação do património.

Em suma, a transmissão do conhecimento sobre o património é fundamental para a sua preservação. A salvaguarda do património arquitetónico e cultural é uma responsabilidade coletiva, e a transmissão do conhecimento é um elemento chave para a sua continuidade. A academia e os profissionais devem trabalhar juntos para garantir a preservação e valorização do património, procurando sempre a sustentabilidade e o respeito das comunidades locais.